

EMIR SADER

Um clima de "fim de feira" instalou-se no Governo brasileiro. É que, com o primeiro, termina também o segundo mandato de FH. A ressaca da farra especulativa em que se assentou o "milagre" da estabilidade monetária se abate sobre o país sob a forma da mais profunda e prolongada recessão que a atual geração já conheceu, condenando o país a dois horizontes igualmente terríveis: ou a administração, da estabilidade monetária a qualquer custo — em vigor — com recessão ou, apesar disso — como se teme de forma generalizada nos meios econômicos internacionais — a explosão do modelo. Em qualquer um deles, o segundo Governo FH também já terminou, embora os sofrimentos impostos aos brasileiros apenas tenham começado.

Em qualquer dos casos, FH deixará um país devastado para ser reconstruído. Por oportunismo ou por incompetência teórica — ou pelos dois motivos — ele montou as bombas de tempo que legam aos brasileiros um país desarticulado internamente e desmoralizado externamente. Um país com uma capacidade produtiva — industrial e agrícola — desarmada, com a competitividade internacional tendendo a zero, com a fragilidade externa da economia colocando o Brasil à mercê dos especuladores internacionais, com os serviços públicos sofrendo os piores cortes da sua história, transformados em sucata, para demonstrar como o Governo considera os direitos da massa da população. E, pior, com um povo impotente para tomar os destinos em suas próprias mãos.

Mas a elite brasileira mais uma vez está salva. Derrotou as

reformas de Jango com a força das armas — da prisão, da tortura, do assassinato, dos desaparecimentos — e da ingerência americana. Derrotou as eleições diretas, derrotou a oposição de esquerda, entregando-se nos braços de um aventureiro, a quem subornou até que os preços subissem demais. Entregou-se a outro aventureiro, que lhe propiciava um novo discurso para acobertar suas antigas práticas de privatização dos bens públicos, ainda que rifando a estrutura produtiva nacional e propiciando a hegemonia do capital especulativo.

Até que o país passou a depender não de si mesmo, mas de "ajuda externa". Uma ajuda que tem como contrapartida o ajuste fiscal que todos os grandes meios de comunicação e financeiros dizem ser indispensável. Resta a perguntinha incômoda, mas que não se costuma fazer, para não chamar a atenção das vítimas, já demasiadamente ocupadas em sobreviver: socialmente, quem pagará — já está pagando, aliás — essa conta? Os pobres, os 70% de baixo. Bibliicamente. "Dos que não têm nada, lhes tiremos tudo." O que falta tirar? O emprego, a capacidade mínima de compra, a escola pública, o atendimento nos serviços públicos de saúde, a segurança pública, a cultura, os salários, com mais imposto. Afinal, daí já têm vindo os cortes e daí seguirão a vir. Nada de cortes nos subsídios, nas isenções, nas verbas de propaganda estatal, nada de cobrar os 50% dos impostos sonegados pelos ricos, nada de baixar os juros, nada de faltar a qualquer compromisso com o capital especulativo a que se entregou o país, que não pode esperar, segundo o Governo, ao contrário da massa da população, convocada de novo ao sa-

crifício, para que se continue a entregar patrimônio público a capitais privados internacionais.

Diante do féretro do Governo FH, já despontam no horizonte os expoentes da "terceira via", vendo que esta segunda se esgotou. Preparem-se para o tom "alternativo" de Serra ou Ciro Gomes ou Maluf ou Cesar Maia ou ACM. Explorarão o revanchismo de setores da elite que votaram em FH contra a vontade — mais uma vez, "para evitar o pior", com o raciocínio da senectude, de que a velhice é ruim, mas a alternativa é pior —

e que agora, mais distantes de uma nova eleição, se darão o direito de, enquanto tiram o dinheiro com uma mão, conspirarem contra o Governo com a outra. Contarão com uma massa da população enganada pelo "voto agora e pague depois" da reeleição e com os espaços generosos que a grande imprensa nega à esquerda.

Esgotado o Governo FH, a esquerda brasileira terá uma nova chance histórica. Que poderá vingar, contanto que ela saiba construir, desde agora, sua alternativa. Não uma alternativa eleitoral, até porque a esquerda não tem alternativas eleitorais, mas alternativas de um novo tipo de país, um novo tipo de sociedade, do qual se deduzem plataformas eleitorais. O desempenho ruim da esquerda em 1998 não foi resultado de uma campanha ruim, mas de um desempenho ruim nos últimos quatro anos, quando se deixou reduzir à passividade — teórica, política e de massas. Quando não se deu

conta de que as pessoas não votam diretamente a partir de sua condição social, mas com sua cabeça, isto é, intermediadas pelos mecanismos que se interpoem entre sua situação real e sua consciência, com toda a forte ação dos meios de comunicação. Lição, aliás, que deveria ter tirado já em 1989. E quando, em meio à campanha eleitoral, parece que "descobriu" que o Estado, a grande imprensa, a Justiça têm um selo de classe.

A alternativa da esquerda não tem nada a ver com a "terceira via" que, aliás com a crise mundial atual, baixou a crista lá fora.

Não restam à oposição brasileira alternativas como a da Aliança Democrática argentina, de manter o modelo atual — se ganhar e se puder mantê-lo, como é seu desejo — sem a corrupção de Menem, com um Judiciário independente e com um pouco mais de política so-

cial. Não é o caso do Brasil, onde parte da corrupção está institucionalizada — através do financiamento privado das campanhas, da sua retribuição com favores governamentais, da compra de parlamentares por verbas do Governo — onde o Judiciário historicamente é subserviente e onde a situação social mais injusta do mundo não pode ser superada com políticas sociais compensatórias. Em suma, a esquerda brasileira, se quiser protagonizar uma alternativa para o país, tem que escapar das armadilhas da chamada "terceira via" e construir uma opção popular e democrática, que mobilize as principais energias — econômicas, sociais, po-

---

A alternativa da esquerda não tem nada a ver com a "terceira via"...

---

líticas, culturais — de que o Brasil dispõe e, a partir disto, possibilite o nosso país engajar-se na formidável onda de descontentamento que já se propaga pelos outros países do continente e que as contrapartidas do pacto do FMI tendem a multiplicar.

Ao contrário da esquerda argentina ou chilena, a brasileira, embora com desempenho decepcionante em 1998, dada a situação do país, não sofreu as derrotas estratégicas que sofreram as esquerdas na Argentina ou no Chile. O esgotamento do Governo FH propicia assim uma oportunidade histórica para a esquerda, contanto que ela saiba oxigenar-se teórica e politicamente aprendendo com os avanços e os reveses destes anos, deixando de lado qualquer fórmula fácil — "terceira via" ou purgas internas — e sabendo estar à altura dos anos convulsionados por que atravessará o Brasil. Esta é a condição para colocar-se à cabeça do salto qualitativo na crise social brasileira que a aplicação das contrapartidas do pacote do FMI trarão ao país.

Do que se trata então é, antes de tudo, de reatualizar a compreensão do capitalismo brasileiro realmente existente, da natureza do poder de classe atual na nossa sociedade, da situação das forças sociais que podem opor-se a ele. E, a partir dela, da formulação de um projeto para o país, no mundo atual, que tenha a soberania, a democracia e a inclusão social como seus nortes. Quanto às políticas econômicas — como disse Robert Reich — elas devem estar em função desses objetivos e não o contrário.